



Diálogos IBGE

ANOS
1936 - 2026

DIRETRIZES FINAIS

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora-Executiva
Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Tecnologia da Informação
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Paulo de Martino Jannuzzi

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Diálogos IBGE 90 anos

Diretrizes Finais



Rio de Janeiro
2023

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2023

Introdução

O IBGE encerrou, no fim da tarde de sexta-feira, 17 de novembro, o “1º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos”, que definiu 12 diretrizes que nortearão a atuação do Instituto para os próximos três anos, até seu 90º aniversário em 2026. O evento aconteceu em dois dias, na unidade localizada Parada de Lucas, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O documento final, com as 12 orientações primordiais, foi apresentado na plenária pelos servidores e entregue pelo presidente do IBGE, Marcio Pochmann, ao chefe de gabinete da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento, Marcelo Moreira, que representou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. “Nunca tinha participado de um trabalho tão grande como este. É uma felicidade poder observar e participar desse momento. Saio daqui conhecendo bem mais o IBGE. Transmitirei à ministra Simone Tebet tudo que foi produzido aqui e explicarei a síntese de cada um dos grupos e a importância do trabalho construído por cada um de vocês”, disse Marcelo durante a cerimônia.

A ministra deixou uma mensagem em vídeo para os participantes do evento: “Quando nós falamos de Brasil, de políticas públicas, de investimento, o que nos dá sustentação do que fazer e como fazer, nós lembramos do IBGE. É a casa da credibilidade. Isso se deve a cada demógrafo, pesquisador, servidor público efetivo, concursado ou temporário que trabalha no IBGE. Fico muito feliz com esse encontro. É assim que a gente erra menos”, discursou.

No encerramento do encontro, o presidente Marcio Pochmann destacou que “o que tivemos aqui foi uma aula de qualidade do esforço, da competência e da maturidade daqueles que se envolveram nesse trabalho de participação e definição dos rumos do IBGE. Isso é um compromisso que a direção assume, e quer ser cobrada por vocês. Mas, mais do que isso, quer que vocês estejam juntos para implantar”.

Com quase 20 horas de programação em dois dias, o Encontro reuniu mais de 500 participantes entre servidores da ativa, aposentados, sindicalistas e colaboradores do IBGE, além de autoridades e representações diplomáticas internacionais.

Os 12 grupos formados em setembro para o projeto “Diálogos IBGE 90 anos” apresentaram as experiências para formulação das diretrizes, relataram as ações dos grupos nesses últimos meses e discutiram os desafios em cada área para os próximos três anos. Desde o começo do projeto, ao todo, foram mais de dez mil participações e centenas de propostas ao longo de mais de 50 reuniões, e contribuições, em modalidade presencial e remota, nos grupos e subgrupos temáticos. O texto com as 12 diretrizes tem mais de 2 mil páginas detalhando cada uma delas e, também, será entregue, futuramente, ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Discurso de encerramento do presidente Marcio Pochmann no 1º Encontro Diálogos IBGE 90 anos

17/11/2023

Bom, eu vou ser breve porque o que tivemos aqui foi um uma verdadeira aula de qualidade do esforço, da competência, da maturidade daqueles que se envolveram nesse trabalho de participação e definição dos rumos do IBGE. Isso aqui não é brincadeira, apenas para ser fotografado. Isso aí é um compromisso que a alta direção do IBGE atual assume e quer ser cobrada por vocês, mas mais do que isso, quer que vocês estejam juntos para implantar porque não será uma atividade exclusiva da direção. Nós passamos, mas a instituição fica.

Eu confesso que na semana do dia 18 de agosto deste ano, quando foi confirmado o ato de posse em Brasília, em que eu fiquei pensando qual seria o discurso que faria e coloquei lá no discurso que tive a oportunidade de fazer perante o presidente Lula, vice-presidente Alckmim, a ministra Simone Tebet, o Cimar, a quem sucedemos, e mais dez ministros, presidentes de instituições outras e o público presente e também os que nos acompanharam virtualmente, que nós entregaríamos para a ministra Tebet e ao presidente Lula as diretrizes da gestão que pretenderíamos fazer à frente do IBGE. Confesso que quando pensava a respeito de colocar essa proposição, fiquei em dúvida, pois depois de 40 anos conhecendo o IBGE profissionalmente, seja na primeira vez que tive oportunidade de visitar, de estar diante do IBGE, quando era ainda uma das suas sedes no Maracanã. Isso remonta ao ano de 1983 quando esse país estava sob uma ditadura militar e o acesso ao IBGE praticamente inexistia. Eu ainda estudante de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, também auxiliar técnico do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, vivíamos naquele ano de 1983 um momento muito atribulado à classe trabalhadora, pois estava em curso um programa de arrocho salarial cujo decreto acho que jamais vou me esquecer chamado 2045 que definia o reajuste semestral dos salários em apenas 80% do INPC acumulado no semestre. E nós estamos falando do início da década de 80, o momento de ascensão do sindicalismo brasileiro, justamente reivindicando as perdas salariais que ocorreram pela manipulação do índice de inflação em 1973, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa luta pela reposição salarial no final dos anos 1970 foi um dos estopins importantíssimos para a luta que retomou o processo democrático no Brasil.

Possivelmente sem a luta sindical e da classe trabalhadora, talvez nós não estivéssemos vivendo esse período que hoje nós podemos dizer democrático. Não perfeito, mas certamente muito superior ao que era o início dos anos de 1980. E, naquele momento para poder chegar ao IBGE foi necessário que a Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul fizesse uma carta ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo à época, solicitando visitar o IBGE e conhecer o índice nacional de preços que servia de reajuste dos salários. E uma vez enviado aquele ofício, nós recebemos autorização e eu vim, pela primeira vez, ao Rio de Janeiro. Vim de ônibus, até aprender como ir até o Maracanã foi uma grande aprendizagem. E fui então até lá, onde naquela época guardavam as informações de índice de preço. Fui muito bem recebido, me colocaram diante de uma mesa longa e me abriram vários livros de comportamentos de preços. Obviamente que eu vi aquilo ali e não tive a

menor condição de fazer qualquer avaliação, mas apenas para retratar, há muitos que de certa maneira viveram uma época que já decorre de mais de 40 anos, uma dificuldade que a sociedade brasileira tinha de acesso a dados, especialmente quando somente na segunda metade dos anos 1980 o Brasil soube de uma pesquisa chamada ENDEF - Estudo Nacional de Despesa Familiar, feita em 1974 e que ficou censurada, pois ela revelava que cerca de 62% dos brasileiros viviam em condições de fome.

O IBGE, a direção daquela época, teve a coragem de fazer uma pesquisa inédita, porém não pôde divulgar. Essa pesquisa, a metodologia, é a base da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada continuamente, pelo menos no último ano, já vai um certo tempo, somente foi revelada com a redemocratização nacional. Isso tudo para dizer que a nossa instituição ela não é uma ilha, ela faz parte de um contexto mais amplo, um contexto de luta pela retomada democrática e que permitiu ao IBGE assumir informações que até então eram estratégicas para o país, porém estavam na mão, na responsabilidade de instituições privadas, como o caso das Contas Nacionais, como no caso da inflação. Tudo isso foi trazido para dentro do IBGE e faz do IBGE essa instituição consagrada do país, da realidade nacional.

Também nos anos de 1990 tivemos uma oportunidade, isso já na segunda metade dos anos 1990, numa comissão criada para discussão de metodologias de pesquisas amostrais referentes a emprego e desemprego. A forma de avaliação que o IBGE realizava era conhecida, conforme a antiga Pesquisa Mensal de Emprego ou mesmo a própria PNAD, e ali foi feito um debate. Eu, já então professor da Universidade Estadual de Campinas, fui convidado e fiz parte de uma comissão que teve o papel de dialogar com a equipe responsável do IBGE de pesquisas amostrais acerca da questão metodológica. E ela foi, certa maneira, um produto que permitiu ao IBGE melhorar, inovar do ponto de vista da ampliação da visão metodológica que o IBGE tinha a respeito da definição, por exemplo, de desemprego, em grande medida vinculada a uma pesquisa que anteriormente o DIEESE em parceria com outras instituições fazia desde o início dos anos 1980. Era feita pelo DIEESE com Fundação SEADE e o Governo do Estado de São Paulo, que trazia um uma construção metodológica muito naquele modo de ver mais adequada à realidade de países de mercado de trabalho desestruturados.

Bom, desculpe contar uma parte da minha vida para dizer que, na verdade, eu conheço muito bem o IBGE da porta para fora e vocês todos que participam do IBGE não sabem a importância que tem o IBGE para a universidade. Eu devo, em grande medida, a minha formação profissional ao que o IBGE produz. Tudo isso eu estou dizendo de uma maneira muito simples e humilde para nesse momento destacar o quanto aquilo que era uma dúvida há 90 dias atrás: será que nós vamos fazer, teremos condições de mobilizar a casa para chamar e fazer os diálogos de forma democrática? Pelo menos o que a gente conseguiu fazer nesse período tão curto de tempo. E eu quero dizer que a resposta que foi dada é uma resposta excepcional. É uma resposta que nos anima muito, que nos fortalece para mostrar para o Brasil que é possível ter uma instituição séria, metodologicamente correta, adequada, operando de forma democrática.

Nós tivemos, nesse período em que se discutiu abertamente e hoje nós nos encontramos aqui, um trabalho em que não havia hierarquia. Não há presidente, vice-diretor. Há servidores do Estado brasileiro que estão diante do trabalho do IBGE. Essa discussão horizontal que nós fizemos demonstra que é plenamente possível, dos mais diferentes cargos e posições da estrutura da instituição, operar de uma maneira conjunta, coletiva, transparente, democrática. Essa atribuição que eu identifico como importante, penso que talvez possa vir a ser o legado desta gestão: o legado da participação. A participação é o elemento crucial da manutenção da nossa própria instituição. Não é o presidente, não

é o vice, embora seja muito importante a nossa ministra e, também, o nosso presidente da República, mas é o envolvimento, algo que eu aprendi e aprecio muito que se fala que tem a família do IBGE. O ibgeano assume a instituição e isso nos fortalece muito.

A nossa instituição está prestes a comemorar 90 anos de existência. Não é comum num país como o Brasil ter instituições com tanta duração. Talvez vocês vão lembrar de instituições também longevas como Bamerindus, um banco privado que surgiu em 1929 e deixou de existir. Poderíamos lembrar da Varig que surgiu em 1927 e, também, deixou de existir. Poderíamos falar da Rede Manchete que é mais longeva e desapareceu. Ou seja, não há garantias de que as instituições se mantenham plenamente. A garantia está justamente na capacidade de se atualizar, na capacidade de compreender o momento que está vivendo. Talvez isso ajude a entender por que a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871, foi perdendo função na década de 1920 e desapareceu. Foi aí que emergiu o IBGE. O IBGE como um servidor do estado, com capacidade plena que não havia até então.

Digo isso porque entendo que estamos diante de um momento muito oportuno, a partir das diretrizes que aqui estão sendo apresentadas, que vamos colocar num quadro. Pelo menos desejo colocar esse quadro lá na sala reservada para a presidência, que é o roteiro pelo qual nós deveremos perseguir. Mas, mais do que isso, é necessário estar em sintonia com estas diretrizes o plano de trabalho que a instituição deve apresentar: o plano de trabalho individual e coletivo. Não podemos fazer um plano de trabalho que seja descolado das diretrizes que aqui foram apresentadas. Por isso, a partir da semana que vem, nós estaremos então numa segunda fase de diálogos, que é a fase justamente que nos permitirá dialogar com as diferentes diretorias, com gestores, com as coordenações. Faremos esse diálogo para conhecer melhor o diagnóstico de cada uma dessas coordenações e dialogar a respeito do plano de trabalho que vai ser apresentado por cada uma das coordenações das diretorias, cujo objetivo é integrar as nossas ações, permitir correções de duplicidade de trabalho e atribuições, permitir uma maior racionalidade no uso do recurso e avançar no que diz respeito a poder apresentar para a sociedade brasileira o que o IBGE vai produzir em 2024.

Se o IBGE deixa de apresentar o índice de inflação, do PIB, do desemprego, é uma calamidade. Diferentemente de outros órgãos que não têm o compromisso de apresentar uma espécie de formulação que indica para onde o país está indo. É por isso que nós precisamos fazer valer a importância do IBGE. Se nós não formos capazes de fazer valer a importância do IBGE, quem fará por nós, senão nós mesmos? Essa é uma atribuição de cada um de nós, não é do presidente. A direção da casa deve encontrar as melhores condições para que os trabalhos, de forma autônoma, cientificamente adequados, sejam realizados, mas a tarefa da direção é criar as condições para dentro das possibilidades que ela encontra e essa me parece a nossa função. Uma função que está começando e queremos ver se até o final deste ano nós podemos ter o plano de trabalho associado ao regime de trabalho. Nós temos realidades diferentes no conjunto da força de trabalho do IBGE: colegas que estão em atividade presencial, outros em atividades híbridas, outras só remotas. Realidades distintas nos diferentes estados brasileiros e é necessário, portanto, validar o plano de trabalho com as condições de que a força de trabalho tenha para poder exercer essas atividades.

Isso tudo de uma maneira muito transparente, dialogada. Nada haverá de cima para baixo. Uma vez que nós tenhamos condições de apresentar para a ministra Tebet e ao presidente Lula, que a própria ministra nos deu a honra de fazer a sua manifestação informando que o que nós levamos a ela, ela assim aceitará, será justamente então as atribuições que nós teremos por cumprir essa tarefa e apresentar para a sociedade brasileira, que custeia e financia as nossas atividades, o quanto nós

somos importantes para que tenhamos cada vez mais uma visão objetiva, clara da realidade brasileira, e que o IBGE continue contribuindo cada vez mais e melhor no seu processo de modernização para as políticas públicas brasileiras. Porque não basta mostrar a realidade, é preciso transformá-la. E, para transformar a realidade, é função dos governos que a sociedade brasileira elege. O IBGE continuará sendo uma instituição de Estado como fora, não perderá o seu compromisso, a sua ética, mas fará melhor possível diante das novas tecnologias, diante dos novos horizontes que os próprios grupos que nas suas diretrizes aprontaram muito bem.

Nesse sentido, minhas palavras finais não podem ser diferentes do que o agradecimento a cada um, a cada uma que acreditou nos Diálogos. Isso é só o começo. Nós estamos apenas começando, vamos aprofundar isso. Agradecer enormemente a todos que não mediram esforços para construir este momento. Não foi simples. Colegas que se dedicaram com jornadas extensivas, sem sábado, sem domingo, buscando realizar essa atribuição absolutamente fenomenal que me parece um ponto de inflexão na trajetória da instituição. A aposta que ela faz na democracia, na participação. E ao mesmo tempo gostaria também de agradecer muito o próprio apoio recebido da ministra Tebet, que foi informada a respeito da realização destas atividades de diálogo. Ela até em conversa havia definido uma data que foi essa, 16 e 17, porque estaria vindo de um congresso em Nova York do BID, mas as atribuições dessa semana, como sabemos, impediram inclusive dela ir até Nova York e tampouco estar aqui conosco. Mas nós vamos levar a ela em Brasília esse conjunto de diretrizes que passam a ser, então, o horizonte pelo qual nós vamos perseguir.

Então espero que todos possam voltar para as suas residências, sobretudo aqueles que nos deram a honra de vir de outros estados, estar conosco nesse momento de forma presencial. Agradecer também muito de coração aos que não puderam estar aqui presentes, mas acompanharam pela internet. Agradecer a todos os profissionais técnicos que ajudaram justamente a manter o microfone funcionando, a filmagem, a alimentação, o transporte, todas essas atividades que são essenciais. Uma salva de palmas então a eles. Eu fico por aqui dizendo que continuo a dizer uma coisa muito importante: todos os acertos que o IBGE tiver serão responsabilidade de vocês e os erros serão meus.

Diretrizes aprovadas no 1º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos

Diretriz Grupo 1

Implementar um plano diretor estratégico do IBGE, incluindo as Superintendências e Rede de Agências, que reúna em um projeto comum as ações de otimização de recursos, fortalecimento de infraestrutura física e tecnológica, identidade visual institucional, sustentabilidade ambiental, adequação a diferentes modalidades e especificidades de trabalho. O plano deve ser estruturado com planejamento sólido, participação democrática dos servidores e comunidade e realização de diagnóstico regulares, visando a modernização institucional, ampliação, integração e bem-estar do quadro de servidores e colaboradores, fomento à cultura institucional, presença no território nacional. O plano deve considerar as oportunidades de ocupação de imóveis federais ociosos, visando efetivar a função socioambiental do patrimônio da União, em harmonia com o planejamento estratégico do IBGE.

Diretriz Grupo 2

Valorizar os servidores do IBGE; Reestruturar a carreira do IBGE através da proposta que está na mesa e elaborada em 2014; Recompôr a força de trabalho (concursos públicos); Melhorar as condições de trabalho dos temporários, salários e direitos; Realizar uma política de RH efetiva incluindo o combate ao assédio; Democratizar a gestão do IBGE; Racionalizar e organizar os processos de trabalho da casa, incluindo melhorias no PGD e no teletrabalho.

Diretriz Grupo 3

O IBGE buscará se fortalecer institucionalmente em termos de orçamento, quadro de pessoal efetivo, articulação política, atualização de seus marcos legislativos – incluindo bases legais para acesso a registros administrativos e outras fontes de dados –, reforçando também suas práticas de planejamento, treinamento e documentação, a fim de garantir, com qualidade e autonomia, a continuidade da produção atual e o atendimento a demanda social de novas informações, identificada através do diálogo constante com a sociedade por meio de canais estruturados de consulta.

Diretriz Grupo 4

Estabelecimento de um Programa para Fortalecer e consolidar o papel do IBGE como coordenador do Sistema Estatístico e do Sistema Geocientífico Nacional, por meio da articulação com órgãos e entidades produtores, provedores e/ou usuários de dados, a fim de assegurar informações de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessárias ao conhecimento da realidade ambiental, econômica e social do País.

O Sistema Nacional deve ser dotado de relevância no atendimento às demandas da sociedade, acessibilidade, usabilidade, segurança, atualidade, interoperabilidade, responsabilização e transparência. Para sua organização e monitoramento, é exigida a atualização da legislação estatística e geocientífica, articulação política, visando contemplar seu modelo de governança.

Haverá necessidade de organização interna e aproximação com a sociedade através da disseminação de resultados e benefícios das estatísticas e dos dados geospaciais. Integrar internamente as fontes de informação, produtos e metodologias. Aprimorar canais de interação do IBGE com os usuários com utilização da técnica “linguagem simples”.

Já consta no PPA 2024-2027 informações para Ação Fortalecimento do Sistema Estatístico Nacional e do Sistema Geocientífico Nacional.

Diretriz Grupo 5

Promover e garantir o levantamento, avaliação, preservação, disponibilização, incentivo à pesquisa e disseminação dos acervos do IBGE para que a memória e os conhecimentos obtidos pelo instituto não se percam e possam ser aplicados em projetos para o Brasil.

Diretriz Grupo 6

Aprimorar e ampliar políticas, projetos e ações transversais de comunicação, ensino, formação e letramento estatístico e geocientífico para todos os níveis territoriais e institucionais, fazendo uso intensivo de tecnologia, com foco em inovação, para fortalecer o acesso democrático e inclusivo às informações no exercício da cidadania.

Diretriz Grupo 7

Participação efetiva das SES em todos os processos decisórios; Plano de carreira, recomposição de pessoal gradual com formas adequadas de contratação; Readequação da infraestrutura, da legislação estatística, de licitações e contratações; Desconcentração na gestão do trabalho e do conhecimento com portfólio de projetos conectados às necessidades locais.

Diretriz Grupo 8

Sistema aberto e estratégico de gestão, planejamento e inteligência colaborativa, entre sede e superintendências estaduais, com a inclusão do fator regional no planejamento e execução das atividades e projetos do IBGE, tendo em vista a diversidade territorial, as desigualdades regionais e diferenças geográficas e de infraestrutura e logística das regiões e, a criação de espaço de articulação permanente em Brasília, para interlocução com os ministérios, o congresso nacional e demais instituições, visando aperfeiçoar a gestão e o atendimento dos pleitos institucionais e da sociedade brasileira.

Diretriz Grupo 9

Ampliar, fortalecer e garantir recursos para a inserção internacional do IBGE. Os seguintes tópicos integram a diretriz principal: investir no protagonismo junto às comunidades estatística, geoespacial e de ensino; investir na cooperação internacional, com ênfase na Sul-Sul; estabelecer serviço de tradução da produção interna e de documentos internacionais de referência; divulgar a produção do IBGE em

outros idiomas; promover, apoiar e qualificar técnicos para participação em fóruns; sediar e promover eventos.

Diretriz Grupo 10

Ampliar estrategicamente contatos e parcerias no Brasil e no exterior com o desenvolvimento de materiais de divulgação (em outros idiomas) e capacitação de servidores.

Diretriz Grupo 11

Realizar Congresso das IBGEanas e IBGEanos de maneira periódica (sugere-se o mês de maio nos anos em que houver Congresso, para coincidir com o Aniversário do IBGE), planejado com antecedência mínima de cinco meses, com delegados que sejam escolhidos da maneira mais democrática possível, evitando indicação por chefias e sendo garantida a participação voluntária de trabalhadores e trabalhadoras de todos os vínculos (efetivos ativos, temporários, terceirizados das atividades fim, consultores, aposentados). Criar comitês temático e de organização, que irão definir, da maneira mais transparente possível, o formato do Congresso. Importante que o Congresso debata e reflita sobre os rumos que a instituição irá tomar no período seguinte, seja na esfera interna, administrativa (políticas de RH, de gestão financeira e de recursos materiais etc.), seja nos tipos de pesquisas e produtos que apresentará à sociedade, para cumprir sua missão, e que a direção do órgão execute as resoluções definidas no Congresso.

Diretriz Grupo 12

O Plano de Trabalho IBGE 24-26 será construído a partir das diretrizes dos Grupos Temáticos, devendo considerar os compromissos assumidos; subsidiar a atualização do Plano Estratégico e o desdobramento das diretrizes em projetos estratégicos e iniciativas institucionais; assegurar previsibilidade e recursos necessários para sua implementação e transparência da execução das ações e suas entregas.

Diretrizes finais

Grupo 1

Revitalização do IBGE – estruturas físicas (riscos e oportunidades de uso), tecnológicas (equipamentos) e virtuais (sistemas e servidores)

1. Diagnóstico nacional dos imóveis do IBGE

Realizar um diagnóstico nacional da situação atual dos imóveis ocupados pelo IBGE, sejam próprios, alugados ou cedidos, ouvindo os servidores quanto às inadequações estruturais e de localização de seus locais de trabalho, e identificando prioridades para ações emergenciais.

2. Construção de um plano diretor de estrutura física do IBGE

Construção de um plano diretor das estruturas físicas do IBGE, reunindo em um projeto comum as ações necessárias nesse sentido, apoiado em planejamento sólido e diálogo democrático com os servidores e evitando medidas isoladas e apressadas. O plano deve partir de uma mensuração da necessidade de espaço físico de trabalho, contemplando tanto as definições em relação ao teletrabalho que o Instituto vier a adotar, como também a expansão prevista e desejada no quadro de servidores.

3. Identificação de imóveis federais ociosos

Verificar a existência de imóveis federais ociosos bem localizados que possam atender de forma permanente às necessidades do IBGE, seja na administração central, SES e agências. Evitar dependência de “parcerias” precárias com prefeituras e outros órgãos para cessão de imóveis, frequentemente em local precário, para agências – acertos instáveis, que impedem a fixação da agência no território.

4. Requalificação da infraestrutura física das agências

Entendendo a capilaridade da rede de coleta como estratégica para o Instituto, o IBGE priorizará a requalificação da infraestrutura das agências de coleta, buscando garantir condições adequadas em termos de imóveis, equipamentos de informática, veículos e outros equipamentos de trabalho.

5. Planejamento democrático da distribuição geográfica das agências

A distribuição das agências de coleta nos municípios deve garantir a presença do IBGE em todo o território nacional, se orientando tanto por critérios de necessidade logística como de continuidade do trabalho desenvolvido. Processos de fechamento ou deslocamento de uma agência de um município a outro só devem ocorrer após consulta cuidadosa aos profissionais afetados.

6. Sede física unificada

O IBGE deve buscar unificar a maior parte das atividades da administração central (DPE, DGC, DE, DTI e CDDI) em uma sede física única na região central do Rio de Janeiro, em local de fácil acesso, contando com estruturas modernas de trabalho e ambientes salubres.

7. Preservação da Memória do Complexo de Lucas e parceria para gestão do terreno

Buscar parceria com outro órgão público (Federal, Estadual ou Municipal) para utilização do terreno do complexo de Parada de Lucas em uma nova função social como infraestrutura pública de saúde, educação, lazer ou de outra finalidade, buscando também preservar a memória da importância do local na história do IBGE.

8. Requalificação do complexo Canabarro e transferência da ENCE na Canabarro

Requalificar o complexo Canabarro em um centro de produção, ensino e disseminação, transferindo para lá as atividades da ENCE, e aprimorando a infraestrutura de atividades que já estão no complexo, como a Biblioteca do IBGE, com infraestrutura adequada para preservação do acervo e atendimento ao público.

9. Fortalecimento do quadro de pessoal efetivo na área de TI

Fortalecimento do quadro próprio do pessoal de tecnologia de informação, tanto na administração central como nas superintendências, recuperando a capacidade do Instituto de desenvolver e manter soluções internas estáveis e eficientes para suas demandas específicas na área de TI.

10. Incremento da capacidade tecnológica e revisão do Plano Diretor de TI

O IBGE revisara seu plano diretor de TI, para incrementar sua capacidade tecnológica, com implementação de infraestrutura adequada à incorporação permanente de novas tecnologias na execução das pesquisas estatísticas e geográficas. Realizar um diagnóstico da necessidade de aquisição e manutenção de licenças de softwares necessários ao trabalho desenvolvido pelo IBGE, incentivando e institucionalizando as soluções em software livre, quando possível.

11. Aprimorar as soluções de informática necessárias ao teletrabalho

Aprimorar as soluções de informática necessárias ao teletrabalho, incluindo ferramentas de reuniões online, plataforma de trabalho em equipe, virtualização dos computadores individuais, atendimento remoto a demandas de alta performance, segurança da informação, aquisição de notebooks, entre outros elementos.

12. Revisão, aprimoramento e integração dos sistemas de informática

Revisar os diversos sistemas de informática utilizados no trabalho do IBGE, bem como os dispositivos de coleta utilizados pelo Instituto, com consulta aos servidores que os utilizam, buscando aprimorar os mesmos quanto a usabilidade, praticidade e estabilidade e integração com os novos sistemas estruturantes do governo federal, a exemplo do Compras.gov.br e o SEI.

Grupo 2

O novo IBGE – estrutura organizacional e funcionamento nacional e descentralização, gestão, carreiras, concursos, ouvidoria, integração, compras, entre outros

1. Promover a democratização do IBGE nas instâncias de representação e decisão nacional e regional

01/11/2023

a. Inserir no estatuto o Congresso Interno do IBGE como órgão deliberativo máximo do IBGE (a exemplo do que ocorre na Fiocruz), com periodicidade mínima quadrienal.

b. Criar de um órgão colegiado com representações democráticas do corpo de funcionários e da sociedade civil, hierarquicamente superior ao Conselho Diretor, encarregado de decisões estratégicas, com reuniões ordinárias semestrais.

c. Institucionalizar um Conselho de Administração que forneça subsídios para as principais diretrizes relacionadas à gestão do IBGE. Ter representantes das Superintendências Estaduais no Conselho Diretor do IBGE.

d. Fortalecimento do IBGE na estrutura do Estado, adotando a posição institucional pela aprovação da PEC 27/2021.

e. Implementar mandatos para presidente, diretores, superintendentes e gerentes, e chefes de agência, garantindo alternância de poder nessas posições.

f. Trocar todos os chefes que se encontram por tempo indeterminado e fora do critério de seleção aprovado pelo IBGE (4 anos, prorrogados por mais 4)

g. O debate sobre a definição dos ocupantes dos cargos de direção na casa abarcou propostas distintas:

- A condução às funções de chefias e dirigentes, mediante processo eleitoral por eleição direta;
- Aprimorar o processo seletivo para chefias e seus substitutos, para vários níveis gerenciais além das superintendências.

h. Sobre o perfil dos ocupantes dos cargos:

- Deve haver previsão estatutária de que os cargos de Diretor possam ser ocupados exclusivamente por servidores de carreira do IBGE;
- Deve ser estabelecida institucionalmente a diversidade étnico racial e de gênero na composição dos cargos de chefia e direção do Instituto;
- Que seja criada uma trilha de conhecimento/aprendizagem e capacitação para que os servidores possam se candidatar a funções de chefias nos diferentes níveis.

1 Nesta versão foram acolhidas as solicitações de alterações feitas durante a última reunião, bem como foi feita melhor descrição dos títulos das diretrizes

i. Elaborar e efetivar um plano de sucessão para chefias no IBGE.

2. Fortalecer a rede de coleta do IBGE, as Superintendências e as Agências, pela capilaridade que confere ao Instituto no Território mantendo relação com a sociedade, informantes e usuários, e pelo papel decisivo que possuem na atividade fim do IBGE

a. Adotar a diretriz estratégica de fortalecimento da rede de coleta, com reforço às agências, em termos de pessoal e infraestrutura. Reconhecimento da rede de coleta como um patrimônio estratégico do IBGE, que se encontra atualmente fragilizado.

b. Realizar uma nova classificação das agências e das Superintendências, revisando também as respectivas gratificações, com participação de representação das agências e das superintendências nessa discussão.

3. Democratizar a elaboração do trabalho do IBGE

a. Integrar os trabalhadores executantes de setores técnicos e administrativos nas diferentes fases do processo de construção, seja dos levantamentos estatísticos e geocientíficos ou das áreas administrativas, CDDI, DI entre outras áreas do IBGE, de forma que os envolvidos tenham participação ativa nas definições, melhorias de processos, permitindo maior otimização de calendários de treinamentos e coleta das pesquisas e demandas recebidas, promovendo maior empoderamento dos participantes nos processos decisórios relativo ao desenho e dos trabalhos desenvolvidos. Entre outros instrumentos para realizar essa integração, pode-se criar um canal digital, por meio do qual tais servidores possam apresentar suas críticas e sugestões antes que as pesquisas fossem a campo. São os servidores envolvidos diretamente no processo que conhecessem as necessidades logísticas, o tempo e as dificuldades de preenchimento dos questionários, bem como os desafios na lida constante com os informantes. Isso vale para as áreas administrativas, onde se deveria dar oportunidades aos servidores de cada área para poder contribuir na elaboração e em sugestões de melhorias dos processos e ferramentas de trabalho.

4. Combater todas as formas de assédio mediante a implementação de mecanismos mais efetivos de prevenção e coibição desses atos

a. Implementar uma política anti-assédio efetiva na instituição, com a criação de procedimentos padronizados para denúncias de assédio em todas as unidades, amplamente divulgada e transparente, com base em protocolos estabelecidos no IBGE, para encaminhamento, apuração e tratamento dos casos, com mecanismos de proteção e acolhimento à vítima.

b. Esses procedimentos devem ser obrigatórios e propagandeados por e-mail e outras formas de divulgação interna, tanto para prevenir quanto para facilitar o conhecimento de todos e proporcionar a denúncia de qualquer tipo de assédio, com vistas a sua erradicação.

5. Recompôr a força de trabalho do IBGE de forma a contemplar o programa de trabalho atual, os projetos paralisados por falta de pessoal e o que mais for definido para o instituto considerando as demandas da sociedade (concursos públicos)

a. Realizar estudo sobre o quadro de vagas de pessoal permanente fixo da instituição, isto é, o contingente de pessoal necessário para realizar os trabalhos permanentes do IBGE, levando-se em conta o trabalho desenvolvido hoje, o que se deixou de fazer em razão da falta de quadros e o que

queremos que o IBGE produza. E que essa revisão da necessidade de quadro efetivo ocorra com periodicidade definida de 3 ou 5 anos.

b. Que a Direção do IBGE negocie com o governo concursos públicos para preencher esse número de vagas entre 2024 e 2026, para ir repondo o pessoal efetivo em quantidade que garanta a realização do programa permanente de trabalho da instituição com servidores efetivos.

c. Que nos próximos concursos o tempo de experiência de quem trabalha ou já trabalhou no IBGE, bem como em outros órgãos ou empresas de pesquisas seja contabilizado em prova de títulos, visando facilitar a contratação de servidores com mais experiência nos trabalhos do IBGE.

d. Avaliar a necessidade de contratação de consultores externos na área de informática

e. Aprofundar a discussão da adesão ao concurso nacional - seus prós e contras

f. O avanço tecnológico deve prever concursos para servidores cada vez mais qualificados e capazes de buscar diferentes soluções técnicas e tecnológicas para realizar o levantamento e a coleta de dados, bem como com capacidade crítica e analítica para avaliar e processar tais dados. Tal avanço deve refletir na qualidade da informação e em pessoas mais qualificadas, não necessariamente menos pessoas. Tudo dependerá das análises de processos porque a sociedade tende a ter mais demandas de informações públicas.

6. Aprofundar o debate sobre o uso do trabalho temporário na instituição

a. Foram identificadas duas visões distintas e opostas sobre o tema:

Combate a precarização do IBGE/ trabalho temporário: Adotar a diretriz estratégica de utilizar o trabalho temporário apenas em pesquisas eventuais e esporádicas, configurando demandas cambiantes, buscando substituir gradualmente o pessoal temporário hoje empregado em pesquisas permanentes e contínuas, no campo da estatística e da geociências, por servidores efetivos, tal como previsto da legislação (lei 8745), o uso de pessoal temporário seria voltado "para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público", restrito portanto a pesquisas esporádicas e de baixa periodicidade.

Manter o trabalho temporário para a coleta de dados em pesquisas permanentes, aumentar o tempo de trabalho para 5 anos.

Viabilizar a contratação pela CLT melhorando os direitos aos trabalhadores temporários.

b. Adotar a diretriz estratégica de buscar a igualdade de direitos e condições de trabalho entre trabalhadores efetivos e temporários na instituição, incluindo a equiparação do nível salarial de APMs e APTs ao piso do servidor de NI, R\$2.674,24;

c. Criação de um grupo pós-congresso para pautar questões emergenciais, voltadas à minimização da precarização dos contratos temporários do IBGE, que só demandam ações internas e estão sob governança do Presidente, tais como, aditamento mensal, avaliação de desempenho, demissão e direito de greve.

7. Promover maior racionalização do uso dos recursos de pessoal através da organização de grupos transversais, do mapeamento e melhoria de processos, e transformação da cultura organizacional para atender essas ações

- a. Criação de um Grupo de Trabalho específico, multidisciplinar, para discutir o desdobramento dos processos e seus responsáveis, promovendo treinamento necessário para mapear processos.
- b. Elaboração de um cronograma possível para um esforço coletivo de mapeamento dos processos.
- c. Melhorar a comunicação interna do IBGE, aproveitando as tecnologias que já possuímos (Teams, Webex, Outlook).
- d. Recriação de uma comunidade, grupo de discussão aberto dos servidores na intranet.
- e. Criar times volantes com participação de servidores de diferentes UORGs:
 - Essas equipes poderão ser utilizadas para “pensar” na melhoria de processos de trabalho estratégicos e, até mesmo, para propor novos projetos.
 - Devem ser levantadas as habilidades dos funcionários para possível colaboração em projetos fora sua gerência, sempre levando em consideração a formação acadêmica para a possível participação em outros projetos.
 - Essa demanda por composição de equipes deve ser divulgada na intranet e por e-mail a todos os servidores juntamente com as competências requeridas para os projetos, para que os servidores interessados tenham conhecimento e se candidatem a participar das equipes.
 - Promover processo seletivo para os times volantes nas diversas áreas de trabalho, através de empréstimo de servidores, ou distribuição da sua carga horária em gerências diferentes. Incorporação de participação voluntária e participativa no PGD com temas e trabalhos de acordo com os acúmulos e formação da pessoa independente da pessoa estar vinculada a uma equipe responsável pelo desenvolvimento desse trabalho, objeto de interesse.
 - Que a participação nesses processos seletivos não dependa da autorização da chefia.
- f. Propiciar reuniões periódicas e encontros entre as diferentes lideranças, para auxiliar na criação de vínculo entre as UORGs, aproximando-as e facilitando o intercâmbio de informações entre elas. Melhorar a capacitação dos servidores e Líderes
- g. Criação de grupo de trabalho que realize um diagnóstico da cultura real do IBGE, avaliando a aderência destes resultados aos direcionadores de cultura declarados no atual plano estratégico do IBGE.
- h. Criação do Laboratório de Inovação de alto nível, vinculado à Presidência, com caráter transversal, com objetivo de formar equipes para realizar projetos ou processos e resolver problemas, ou soluções inovadoras
- i. Que os processos de trabalho do GRM e outros setores sejam realizados pelo GLPI, que poderá controlar prazos e possibilitar fazer estatísticas de demandas.

8. Promover maior divulgação externa da produção do IBGE alcançando informantes, usuários e a sociedade como um todo

a. Pautar o IBGE nos diferentes meios de comunicação e na sociedade buscando ampliar a sensibilização de informantes e de usuários sobre a produção do instituto e sua importância. Fazer isso através de campanhas publicitárias contínuas acerca dos trabalhos desenvolvidos pelo IBGE, com foco em como são feitas as coletas das pesquisas, bem como nos retornos em benefício aos informantes e à sociedade em geral. E através da melhoria da divulgação dos resultados das pesquisas, produtos e serviços do IBGE e a formação de redes de parcerias estratégicas regionais/locais

9. Realizar pesquisas internas com servidores para ampliar o conhecimento sobre o corpo funcional e subsidiar a política de RH

a. Criar um departamento de estatística voltado para a definição de políticas internas para conhecer melhor os próprios servidores e entender o seu perfil (etário, étnico e de gênero), sua formação acadêmica e funcional, suas necessidades, suas condições de vida, incluindo sua situação financeira, e suas visões acerca do trabalho e da instituição. Seriam pesquisados temas importantes, garantindo sempre o sigilo e a preservação do corpo funcional participante.

b. Que a resposta às pesquisas seja obrigatória por parte do servidor para poder de fato ter conhecimento exato das informações

10. Otimizar e padronizar os processos de trabalho e orientações nos setores de recursos materiais, financeiros, veículos e recursos humanos

a. Criar grupos nacionais que desenvolvam a documentação específica para aquisição de bens e serviços que são comuns a todos, inclusive à sede, de modo a promover padronização de processos, para evitar duplicação e sobretudo para promover maior otimização dos recursos humanos tão escassos.

b. Adotar a diretriz estratégica de centralizar Compras, Serviços, procedimentos de orçamento e finanças ou na sede ou em superintendências. Há diferentes arranjos possíveis neste caso. Além da centralização ser possível na sede da instituição, pode-se pensar o modelo em que cada superintendência possa assumir algumas contratações, fazendo a contratação para as demais SES da região, ou ainda a construção de uma central de compras por região ou outra divisão, agrupando os servidores de todas as SES da Região especializados em licitações.

c. Centralizar a contratação de veículos através de pregão eletrônico, a nível nacional ou regional, a empresa que forneça veículos na modalidade "assinatura" ou "locado".

d. Adotar a diretriz estratégica de centralizar também as áreas de orçamento, finanças e de recursos humanos, nas quais muitos procedimentos são similares e poderiam ser centralizados ou compartilhados entre a Sede e as Superintendências.

e. Utilizar os sistemas e ferramentas centralizadas do governo federal, para compras e outros procedimentos, promovendo uma transição dos sistemas contidos no SDA para tais sistemas centralizados. Criar um grupo, conduzido pela DTI com participação de representantes das GRM, SRH, SSI e outras áreas das superintendências, que possa pensar a transição dos sistemas próprios para os sistemas do governo federal, assegurando que não ocorrerá perda de informações nessa transição.

f. As diretorias e demais unidades deverão elencar todos os projetos, tarefas e demais demandas que ainda não puderam ser atendidas por falta de pessoal. Criar equipes para o atendimento de demandas “paradas” por falta de pessoal.

g. Equipar com GPS os carros do IBGE e tablets.

h. Para aquisição de veículos o IBGE deve consultar agências e unidades para ver que tipo de veículo é mais adequado.

11. Aprofundar o debate interno sobre o PGD e o teletrabalho

a. Que os servidores sejam ouvidos sobre se estão ou não satisfeitos com o PGD e que haja democratização (direitos iguais para mesmos tipos de trabalho) e flexibilidade das decisões sobre o programa.

b. Realização de uma pesquisa diagnóstica sobre o PGD com tratamento estatístico dos resultados como as pesquisas que foram conduzidas pela DE/CRH durante a pandemia, a fim de ouvir os servidores de forma estruturada.

c. Avaliar a proposta de adesão de 100% do corpo funcional ao PGD, promovendo de maneira unificada uma gestão orientada a resultados e otimização de recursos, conforme diretrizes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e consolidação desse modelo de gestão voltado a resultados levando em consideração a pluralidade de modalidades disponíveis na IN 24/2023 (presencial, híbrido e teletrabalho integral) e as especificidades de cada setor.

d. Repensar a avaliação do trabalho por entregas mensais pela nova IN que estipula entregas por unidade e não individuais esse aspecto negativo do PGD possa ser resolvido ou minimizado.

e. Realizar treinamentos e oficinas para gestores e participantes a respeito do PGD, como a realização de oficinas de construção de planos de entrega

f. Avaliar onde cabe ou é necessário o PGD integral, parcial ou presencial, de forma que em todo o país cada trabalho tenha tratamento isonômico de acordo com suas especificidades.

g. Cada gestor deve definir como vai funcionar sua equipe. Trabalhos iguais poderão ter tratamento diferente.

12. Promover valorização dos servidores através de nova carreira e melhoria de instrumentos de avaliação e alocação de servidores

a. Defender a proposta de reestruturação da carreira acordado entre Direção do IBGE e Sindicato em 2014. A proposta inclui equiparação do patamar salarial com o ciclo de gestão, unificação da carreira, integralização da GDIBGE para os aposentados e remuneração composta por VB e GDIBGE Institucional e avaliação de desempenho desvinculada de ganho econômico.

b. De acordo com o desdobramento do processo negocial, caso a nossa proposta seja rejeitada pelo governo, voltar a debater as diferentes propostas que foram apresentadas neste grupo e outras, reabrindo o debate entre o corpo funcional (dentre as propostas apresentadas estão a criação de nova classe nos diversos cargos, novos modelos de composição de rubricas, ingresso com nível superior no cargo de técnico etc.)

c. Implementação de processos de remoção periódicos, claros, transparentes com a criação de uma comissão de avaliação que tornem os processos mais democráticos e mais técnicos. Manter um sistema de transferência interna ativa e aberta sempre. Realizar as remoções antes do concurso

d. Implantação da avaliação 360 graus na avaliação de desempenho para efetivos e temporários. Estabelecer critérios claros e objetivos para a avaliação de desempenho, garantindo que as notas sejam atribuídas com base em méritos reais e resultados tangíveis. E que os acordos de desempenho sejam efetivamente celebrados no início de cada período, fornecendo uma base sólida para a avaliação subsequente.

e. Reivindicar o adicional de penosidade para servidores da região de fronteiras.

Grupo 3

Plano de Estudos e Pesquisas Cadastrais, Censitárias e Amostrais - atuais e novas

1. Ampliação do quadro de pessoal e estabilidade orçamentária

Considerando que o atual patamar de orçamento e pessoal do IBGE não é suficiente para dar continuidade às pesquisas e levantamentos já existentes, o IBGE defenderá a necessidade de ampliação de seu orçamento e quadro de funcionários, bem como uma previsão de estabilidade orçamentária que permita um planejamento efetivo, evitando os cancelamentos e adiamentos de pesquisas, e permitindo atender demanda social por novas informações.

2. Ampliação do quadro efetivo, revertendo a situação atual de predomínio de temporários

Reconhecendo que a alta proporção de trabalho temporário na instituição implica risco à qualidade dos levantamentos, à capacidade operacional e à memória institucional, o IBGE buscará um quadro de servidores efetivos capaz de executar os levantamentos contínuos e de coordenar e auxiliar adequadamente o pessoal temporário nos censos e outros levantamentos não-contínuos.

3. Reforçar os mecanismos de consulta a rede de coleta no planejamento das pesquisas

Reforçar os mecanismos de consulta e envolvimento da rede de coleta na construção de novos levantamentos e na reformulação dos levantamentos existentes, garantindo que a carga de trabalho será adequada a capacidade operacional do IBGE e incorporando o conhecimento acumulado pela rede de coleta para orientar e qualificar as decisões em todas as etapas do planejamento e desenho das pesquisas.

4. Reforçar e intensificar atividades de formação e treinamento do quadro de pessoal

Reforçar a qualificação dos profissionais envolvidos em todas as pesquisas e levantamentos, com treinamentos sistemáticos e regulares. Capacitar os funcionários para compreensão geral das pesquisas em que atuam (objetivos, métodos, amostragem, etc) e um entendimento geral do funcionamento do IBGE. Retomadas dos cursos CDHP ou semelhantes.

5. Combate a recusas

Compreendendo que as recusas de informantes, tanto em pesquisas domiciliares como em levantamentos junto a empresas ou órgãos governamentais são um problema crescente, o IBGE intensifica sua atuação no enfrentamento a essa questão, abarcando maior divulgação dos levantamentos, diálogo institucional com entidades representativas e maior suporte aos agentes de coleta.

6. Reforçar práticas de documentação e o debate metodológico interno

Reforçar o debate metodológico interno, bem como a documentação rigorosa de todas as etapas de nossas pesquisas. Manter uma política de avaliação constante, coletiva e democrática da nossa produção, estimulando a disseminação de boas práticas e aprendizados. Compartilhar, debater e aprofundar os documentos de avaliação do Censo 2022 que a casa já produziu.

7. Retomada, reformulação e fortalecimento dos mecanismos de consulta

Compreendendo o diálogo constante com a sociedade como um elemento estruturante de seu trabalho, o IBGE renovará seus esforços de interlocução com órgãos governamentais, academia e sociedade civil. Esse esforço compreenderá o mapeamento e avaliação das experiências de diálogo atuais e passadas, a institucionalização e atualização de instâncias formais de interlocução dissolvidas em 2019 e a aprimoração de mecanismos estatutários, como o conselho técnico e os comitês técnicos.

8. Diálogo capilarizado no território e assegurando voz aos setores sociais vulneráveis

Em seu processo de diálogo permanente com a sociedade, o IBGE assegurará a participação dos setores mais vulneráveis e dos movimentos sociais, tomando como exemplo o trabalho bem-sucedido do GT de PCTs, o Info Favela e a experiência em curso na temática LGBTQ+. A rede de coleta deve ser parte integrante desse processo, garantido que a escuta à sociedade se dê de forma capilarizada no território nacional.

9. Mapeamento das demandas de produção de novas informações

Mapear sistematicamente, com consultas internas e externas, as demandas de produção de informações estatísticas e geocientíficas que não são ainda atendidas, abarcando tanto novas temáticas, como novos aspectos das temáticas já investigadas, e maior desagregação ou frequência das informações já produzidas. Nesse processo, será utilizado o trabalho já desenvolvido na Classificação das Informações Estatísticas.

10. Articulação em defesa da autonomia técnica e contenção de intervenções indevidas

O IBGE aumentará sua articulação institucional buscando evitar a imposição política, legislativa ou judiciária de novas obrigações sem suporte orçamentário, com cronogramas inviáveis ou que violem a autonomia técnica do Instituto. O IBGE atuará no letramento de atores políticos e sociais quanto ao caráter contraproducente de imposições desse tipo e as reais possibilidades de melhor produção das informações desejadas.

11. Modernização e aprimoramento do arcabouço legal

O IBGE elaborará e apresentará à sociedade propostas de atualização das legislações relativas à obrigatoriedade de prestação de informações, compartilhamento de registros administrativos, sigilo estatístico e custódia de dados sigilosos pelo IBGE, visando ampliar a produção de informações estatísticas.

12. Intensificação do uso de registro administrativos

Na medida em que se criarem bases institucionais e legislativas para o compartilhamento de registros administrativos com estabilidade, tempestividade e qualidade, o IBGE intensificará a utilização dessas fontes de dados, seja diretamente na produção de informações, seja de forma auxiliar a pesquisas próprias, compreendendo, porém que a realização de levantamentos próprios do instituto seguirá sendo imprescindível.

Grupo 4

Novo ‘hub’ público informacional da Nação constitutivo do ecossistema do soberano Sistema Nacional de Estatísticas, Geoinformação e Dados

Diretriz 1

A legislação referente ao Sistema Nacional de Estatísticas, Geoinformações e Dados observará as legislações estatísticas e geocientíficas vigentes e outros instrumentos formais, como o Estatuto do IBGE. Contemplará a governança do Sistema e o compartilhamento de informações de dados. Vai prever a criação de comitês e grupos de trabalho para viabilização do Sistema, sua manutenção e monitoramento.

Diretriz 2

Criar GT organização do Sistema visando estabelecer discussões de alto nível (primeiro internamente no IBGE) sobre a organização do Sistema Nacional de Estatísticas, Geoinformações e Dados. Abordará: institucionalidade, atores, organização e gestão do sistema, política e métodos de governança, confidencialidade, organização interna do IBGE e recursos para sua constituição, entre outros tópicos.

Diretriz 3

Criar Sistema Nacional de Estatísticas, Geoinformações e Dados, visando interoperabilidade, harmonização, padronização, inovação de métodos e pesquisas, que deverá abordar dados e informações estatísticas e geoespaciais.

Diretriz 4

Criar GT Legislação para objetivar a revisão dos marcos legais do IBGE, que contemplará a construção de legislação para garantir a aquisição dos dados, inclusive dos informantes, acesso aos microdados presentes em Registros Administrativos Federais e/ou Estaduais, fortalecimento da INDE, fornecendo amparo legal com o detalhamento das respectivas infrações e penalidades.

Diretriz 5

Identificação e articulação com atores potenciais integrantes do Sistema e com aqueles que o utilizam, influenciam ou são afetados por ele. Com os atores pertencentes ao Sistema abordar a produção integrada de informações e dados, contemplando fontes externas às tradicionais produções estatística e geocientífica. Com os demais, as estratégias para a sustentação técnica e política do Sistema.

Diretriz 6

Criar GT Articulação Institucional, que trará resultados dos

Dimensão técnica Sistema para apresentação da proposta a outros órgãos do governo, visando apoio político, arranjos institucionais, meios de financiamento e consolidação da proposta, para construir um ambiente cooperativo de compartilhamento, integração de dados e gestão de dados geoespaciais.

Diretriz 7

Priorizar ações para reorganização da Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR, descontinuada pelos Decretos nº 9.759 e 9.812/2019, revogados pelo Decreto no 11.372/2023. A proposta atual é de criar o Conselho Nacional de Geoinformação – CONGEO, que substituiria a CONCAR, com minuta de lei elaborada e encaminhada à SEPLAN/MPO. Atualmente depende da articulação da Presidência do IBGE com a SE/MPO.

Diretriz 8

Priorizar ações para retomada da Comissão Nacional de Classificações – CONCLA, responsável pelo monitoramento, definição das normas de utilização e padronização das classificações estatísticas. A CONCLA foi descontinuada pelos Decretos nº 9.759 e no 9.812 de 2019, que foram revogados pelo Decreto no 11.372 de 2023.

Diretriz 9

Recriação do Comitê de Estatísticas Sociais – CES descontinuado pelos Decretos nº 9.759 e no 9.812/2019, revogados pelo Decreto no 11.372/2023. Retomar o processo de criação do Comitê de Estatísticas Econômicas e criar o Comitê de Estatísticas Ambientais. A articulação das ações desses comitês necessita de atenção, tendo em vista o caráter transversal inerente a diferentes demandas estatísticas.

Diretriz 10

Organização Interna do IBGE e aproximação com a sociedade através da disseminação de resultados e benefícios das estatísticas e dos dados geoespaciais. Integrar internamente as fontes de informação, produtos e metodologias. Aprimorar canais de interação do IBGE com os usuários com utilização da técnica “linguagem simples”.

Diretriz 11

Criar GT Comunicação com a Sociedade que deverá trazer o debate sobre os dados do IBGE, a integração de fontes internas, produtos e metodologias. Avaliar e propor aperfeiçoamento ou novos canais de interação do IBGE com os usuários com uso da técnica “linguagem simples”, garantir comunicação e engajamento efetivos de todas as partes interessadas e em todos os níveis.

Diretriz 12

Promover a CONFEST – CONFEGE, em 2024 e 2025, no âmbito do projeto IBGE 90 anos, visando, além dos objetivos habituais das conferências, apresentar aos usuários a proposta do Sistema Nacional de Estatísticas, Geoinformação e Dados, propiciando a oportunidade para o IBGE e outros produtores discutirem a proposta, ouvindo demandas, críticas e sugestões.

Grupo 5

IBGE 90 anos - Memória, presente e futuro

1. Consultar especialistas em preservação (consultoria e curadoria) para avaliação de acervos.

Criar grupo de trabalho para avaliar acervos de mapas, fotografias, audiovisual, bibliográfico, documentos de pesquisas e mapeamentos das unidades IBGE, incluindo SESs e Agências Municipais – o GT deverá fazer um levantamento e descrever condições de armazenamento e necessidades de tratamento.

2. Propor a revisão da resolução de criação da Comissão Permanente de Avaliação e Documentação - CPAD com a participação das Diretorias e demais unidades do IBGE no sentido de melhor estruturar e adequar o trabalho da CPAD. Tratar arquivo documental localizado na RECOR. Bem como outros acervos arquivísticos da instituição, sob responsabilidade da Diretoria-Executiva (DE).

3. Higienização e restauração dos acervos criando, a partir do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, um modelo de termo de referência para contratação dos serviços a ser disponibilizado para as outras unidades.

4. Digitalização: aquisição (ou locação) de scanners planetários e scanners de mesa A3 para conclusão da digitalização dos acervos bibliográficos e de mapas; aquisição de câmeras digitais e mesa de fotografia para digitalização do acervo das coleções biológicas; contratação do serviço de digitalização para acervo DGC. Observando normas e padrões de preservação digital no processo de digitalização.

5. Incentivo à pesquisa nos acervos: criar editais de incentivo à pesquisa, seja por meio de bolsas de pesquisa, nova linha de mestrado em história das estatísticas e geociências, ou editais de publicação de livros aberto a participantes da academia (pesquisadores) sendo um dos critérios de seleção usar o acervo como fonte de pesquisa.

6. Exposição/divulgação do acervo: promover visitação e programas de treinamentos contínuos sobre uso de informações do IBGE para escolas, universidades, bibliotecas, organizações da sociedade civil e outras. Criação de museu virtual. Institucionalizar o Programa de Visitação Educativa na RECOR, para difundir a relevância da área, principalmente para o público do entorno.

7. Promover a preservação, disseminação e adequação da infraestrutura dos acervos biológicos do IBGE, incluindo suas coleções biológicas e a Reserva Ecológica do IBGE, reforçando seu papel na produção e análise de dados ambientais, e consolidando a RECOR como HUB Nacional de Informações em biodiversidade, em parceria com CNPq, MCT e ICMBio.

8. Adequar a Reserva Ecológica do IBGE ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Verificar com o ICMBio e o MMA a viabilidade de criação da Estação Ecológica do IBGE ou de um Refúgio da Vida Silvestre. (Proposta já enviada – aguardando diretor da DGC enviar para Conselho Diretor)

9. Reunir Memória Geográfica e criar seção no Portal com as publicações: Excursões geográficas, Boletim Geográfico, Geografia do Brasil, Enciclopédia dos Municípios, Cursos de Férias, Divisões

Regionais do Brasil, Atlas Nacionais, Regionais e Estaduais, Memoriais Descritivos de criação de Áreas Especiais, Cartas do Brasil ao Milionésimo de 1940, mapas municipais de 1938 e outros.

10. Criar setor responsável pela gestão do conhecimento, com representação da alta direção.

Retenção do conhecimento institucional (memória técnica/tácita): desenvolver plataforma para registro sistematizado dos processos e trabalho de cada servidor. Instituir ato normativo para registro dos processos de trabalho. Acompanhar, treinar e auxiliar os servidores para registrar seus processos de trabalho.

11. Memória institucional: reinvestimento na História Oral, por meio da disponibilização de equipamentos, ferramentas para gravação e edição das entrevistas, bem como capacitar as equipes da Sede e SESs para uso desses. Identificar possíveis entrevistados de forma sistemática. Retomar e atualizar projetos “Cabine da Memória” e/ou “Conte sua História” e “História das SESs”

12. Retenção do conhecimento institucional por meio do armazenamento da produção técnica institucional em canal único. Apoiar e aplicar recursos ao projeto do Repositório Digital - em andamento no CDDI/GEBIM, conforme Plano Estratégico. Retomar o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa – CDHP e similares de outras áreas. Implementar a opção de tornar público o currículo do SDA no Quem é Quem.

Grupo 6

Produção e difusão de conhecimento – ensino e publicações - atuais e novas

1. Ampliar as formações oferecidas pela ENCE (graduação e pós-graduação) e o alcance geográfico (físico ou virtual) dos cursos da ENCE (Graduação, Lato e Stricto Sensu). Garantindo a ENCE a posição de referência nas áreas de atuação. Criar cursos de Geografia, Ciência de Dados, etc. Incentivar e dar condições para participação de servidores. Criar infra estruturas físicas, tecnológicas, e de pessoal;
2. Comunicação e planejamento internos - promoção, interação e acesso igualitário às informações institucionais para todos os níveis de gestão, servidores do IBGE - ativos e aposentados, servidores temporários e terceirizados, potencializando assim as realizações pessoal e profissional. Criar um congresso institucional periódico para definir o planejamento;
3. Planejar, organizar, incentivar e executar iniciativas de letramento estatístico e geocientíficos. Projetar-se como referência e prover apoio institucional para organismos estratégicos em todos os níveis da federação. Ter o compromisso institucional de popularizar as iniciativas, estabelecendo parcerias e ampliando o foco. Entender disseminação e letramento com a mesma importância da produção;
4. Estimular e incorporar a produção científica dos servidores ao conhecimento e produção de informações. Criar mecanismos que permitam ao corpo docente e discente da ENCE colaborar e trabalhar na produção. Fortalecer o posicionamento institucional, mantendo-se atualizado e como referência em suas áreas de produção. Ampliar a interlocução com a comunidade acadêmica;
5. Tornar as agências e SES atores da disseminação. Fortalecer as agências e SES com pessoal, infraestrutura e condições adequadas de trabalho para suportar as atividades em todas as instalações. Oferecer condições aos agentes de campo para que eles sejam capazes de atuar como agentes de disseminação. Criar agendas de reuniões periódicas com as prefeituras verificando e atendendo suas necessidades;
6. Incluir ciência de dados, aprendizado de máquina, Inteligência Artificial etc., em todos os processos de disseminação e comunicação, gestão e produção da informação, por meio da criação de uma UORG ligada à Presidência para atuação estratégica e transversal à DPE, DGC, CDDI e ENCE. A estrutura será capaz de pensar em soluções, identificar e atender todas as demandas internas do IBGE;
7. Garantir o acesso democrático aos dados, às publicações e aos sistemas do IBGE, considerando as diversidades físicas, visuais, auditivas, psicológicas do público. Buscar formas efetivas e adaptadas a cada usuário para oferecer os dados e informações produzidos. Buscando as ferramentas, métodos e tecnologias mais adequadas para cada caso;
8. Implantar a produção por processos, montando as equipes transversais de acordo com os processos e projetos. Fortalecendo as equipes remotas, oferecendo espaços de coworking, possibilitando que pessoas lotadas em diversas localidades trabalhem conjuntamente em atividades, projetos e processos.

9. Definição de projeto usabilidade (IHC) para todos os meios de comunicação e disseminação, a fim de proporcionar uma interface de navegação mais amigável, acessível, inclusiva e integrada a ferramentas de buscas;

10. Realizar treinamentos sistematizados nas fontes de informação do IBGE junto a bibliotecas públicas, comunitárias, escolares, universitárias, entre outras, atuando assim como multiplicadoras em seus respectivos espaços e públicos atingindo assim públicos de difícil acesso;

11. Criar ou revisar normas, diretrizes e políticas de comunicação, capacitação, disseminação, tratamento de erros, qualidade de dados, acesso a dados, termo de uso da informação, etc. Reativando ou criando comitês internos para tratar dos assuntos separadamente, a fim de cuidar da imagem pública do IBGE, garantir a transparência e a credibilidade do Instituto;

12. Investir em publicidade e reforço de marca. É importante que o IBGE seja reconhecido em todos os lares brasileiros. A publicidade tem um papel fundamental nessa tarefa, informando a população sobre as coletas em andamento, ações de letramento, e demais informações, reafirmando o protagonismo nacional.

Grupo 7

Fortalecimento e suporte às superintendências estaduais

Fortalecimento das Superintendências e Agências

1- Participação efetiva das SES e Agências em todos processos decisórios, Recomposição de pessoal gradual com formas adequadas de contratação, Readequação da infraestrutura, da legislação estatística e de contratações e licitações, Desconcentração e inovação na gestão do trabalho e do conhecimento com portfólio de projetos conectados às necessidades regionais/locais;

Democratização, estrutura organizacional e integridade

2- Fomentar estrutura institucional mais democrática e horizontalizada, construindo um espelhamento/equivalência de atribuições e responsabilidades em todo o continuum desde “agências - superintendências - coordenações – diretorias”;

Gestão de Processos de Trabalho e Conhecimento

3- Promover a transparência, descentralização e integração das superintendências nos processos decisórios objetivando proporcionar coerência, consistência e coordenação entre a estratégia, o planejamento e as condições de implementação das atividades;

Gestão de Processos de Trabalho e Conhecimento

4- Desenvolvimento de uma cultura institucional com a participação de todas as esferas administrativas, lançando mão de mecanismos de participação democrática e mecanismos de gestão de trabalho e do conhecimento em todas as etapas e dimensões do plano de trabalho proporcionando espaço para a inovação e a criatividade;

5- Implementação de modelo de gestão por resultado e gestão do conhecimento, com mapeamento de processos em todas as etapas, criando procedimentos operacionais padrão, promovendo a desconcentração para rede de coleta das atividades e análises técnicas , otimizando os recursos humanos qualificados existentes e fortalecendo a presença do IBGE na medida das especificidades regionais e locais;

Plano de Trabalho Técnico

6- Atendimento local especializado, diferenciado para resposta rápida a órgãos e Entes específicos, pela tabulação de dados e amostra capaz de captar as dinâmicas locais, regionais ou especificidades das políticas públicas;

7- Estabelecimento de políticas para gestão de recusas e meios de sensibilização. Alteração da lei de obrigatoriedade e sigilo da informação;

Relações Institucionais e Comunicação

8- Criação de uma estrutura/UORG de relações institucionais/governamentais e de comunicação social nas SES instituindo, com a devida capilaridade, uma política efetiva de fortalecimento da marca, representação e da Presença do IBGE garantindo a capacitação para representação descentralizada e para divulgação inerente à realidade local e direcionada aos diversos perfis de informantes;

Recursos humanos

9- Garantir gradualmente o mínimo de três servidores não aposentáveis efetivos por Agência; alcançado esse mínimo, a reposição deve estar associada ao dimensionamento da carga e à qualidade do trabalho, se utilizando do aperfeiçoando do plano de carreira para incentivar a retenção de servidores qualificados no órgão, bem como, em áreas com menor atratividade de permanência;

10- Reavaliação da forma de contratação, da remuneração e da gestão de servidores presentes na rede de coleta adequando o número de servidores temporários somente as atividades realmente de caráter excepcional (por exemplo :POF, PNDS);

11- Capacitação inclusiva, em competências técnicas (metodologias/ferramentas) e comportamentais, para o desenvolvimento colaborativo, inovador e empoderado do corpo de servidores, bem como, transformação dos gestores em líderes;

Legislação e Normas

12- Mobilizar sociedade, governo e congresso para aprovação de legislação que garanta autonomia formal e atenda às especificidades, em especial contratação de pessoal e orçamentárias, necessárias à execução, sem sobressaltos, das atividades típicas de Estado pelo IBGE para a produção de banco de dados oficiais dotadas de valor econômico e contribuindo para a formação bruta de capital do país;

Infraestrutura e Recursos Materiais

13- Garantir orçamento, infraestrutura física e tecnológica necessária e inovadora ao exercício qualificado das atividades do IBGE e adequada às especificidades de cada realidade de coleta nas superintendências e rede de agências.

Grupo 8

Presença física e virtual renovada e compartilhada com prioridades regionais estratégicas

1. O aprimoramento do trabalho virtual, aproveitando mobiliário e equipamentos inutilizados em superintendências e sedes, para favorecer o trabalhador remoto em suas residências, a fim de propiciar o uso de salas virtuais e metaversos, estimulando a colaboração, o compartilhamento de informações, a brasilidade e as regionalidades dentro do IBGE.
2. Os Porta-vozes do IBGE - Contação física e presencial de histórias em Eventos e Oficinas: Aproveitando a riquíssima experiência de servidores, o IBGE pode contar histórias e compartilhar experiências de seus agentes por meio de eventos e oficinas presenciais, tornando a informação mais acessível e humana para comunidades locais.
3. O IBGE deve ressignificar sua presença nas comunidades de forma presencial e nas redes sociais, interagindo mais com o público, criando games e ferramentas lúdicas para explorar e divulgar seus trabalhos e adotando uma linguagem acessível para sensibilizar e conectar servidores com os cidadãos. Promove-se, com isso, a melhoria da saúde dos servidores isolados no homeoffice.
4. Considerar a criação de uma plataforma online para analistas, técnicos e recenseadores, com flexibilidade de horários e locais de trabalho, como uma abordagem promissora para otimizar a coleta de dados em todo o país, requerendo um planejamento detalhado e investimentos adequados, propiciando atratividade laboral para pessoas participarem nos concursos públicos de ingresso ao IBGE.
5. Promover a interatividade com mapas e dados relacionados, em dispositivos móveis, para tornar as informações mais compreensíveis e envolventes para o público, dentro de temáticas e regiões específicas, promovendo políticas públicas a nível estadual e municipal.
6. Visibilidade estruturada, em espaço aberto de acompanhamento na intranet institucional, de projetos temáticos transversais entre DPE-DGC-DTI-CDDI-ENCE-SESs, em especial:
 - a. Projeto de Cobertura e Uso da Terra (IBGE-EMPRAPA-INPE) com geração estatísticas ambientais para ONU, COP23 e outros, padronizando e integrando fontes de informações ambientais, contribuindo para agenda ambiental nacional e internacional.
 - b. Projeto de acompanhamento e promoção de temáticas por leis no Congresso Nacional, como a inclusão do autismo no Censo 2022, garantindo notas técnicas e melhoria do relacionamento do IBGE com deputados e senadores.
 - c. Mapa de Vulnerabilidade Social que sensibilize o IBGE com a temática da Fome e engaje servidores e cidadãos em trabalhos voluntários de sensibilização, ativando a presença do IBGE em comunidades carentes.
 - d. Mapa de qualidade do espaço de convivência pública e presença do Estado Brasileiro de Oportunidades, como creches, escolas, universidades, clínicas, hospitais, centros de assistência social, além de saneamento básico, coleta seletiva de lixo.

e. Mapa de inovações tecnológica, digital e industrial no Brasil que oportunizem o desenvolvimento econômico do país, com geração de empregos e renda, como inteligência artificial e robótica.

7. Manter uma representação física da Presidência do IBGE em Brasília para interlocução com Ministérios e Congresso, a fim de promover continuamente a presença do IBGE na política nacional, e recepcionar autoridades que porventura queiram obter informação do IBGE.

Grupo 9

Reafirmação do protagonismo do IBGE entre as principais instituições homólogas nas nações que possuem os melhores e mais abrangentes sistemas de dados e estatísticas do planeta

Diretriz 1 – Planejamento estratégico da atuação internacional do IBGE

I) Inventário das atividades internacionais que o IBGE participa, atuais e futuros, regulares ou não (Conferências, Grupos de Especialistas, GTs, Sociedades Científicas, Centros de Referência, ACTs etc.);

II) Medir efetivamente os benefícios e esforços para o IBGE e para o país na execução de sua política externa;

Diretriz 2 – Investir nos pontos fortes do IBGE / diferenciais em relação a outras instituições homólogas

I) Priorizar atividades, buscar pontos fortes. Ex. Censos de população, Integração geografia e estatística, Hub internacional para/ Big Data, uso de registros administrativos, letramento estatístico, indicadores ODS, populações tradicionais;

II) Explorar a oportunidade e fortalecer as estatísticas e contas ambientais e indicadores de mudanças climáticas, cobertura e uso da terra, dada a relevância do tema no mundo em geral e para o Brasil em particular;

III) Produção Regional Interesse Internacional. Ex. Informações sobre a Amazônia do Brasil e seus vizinhos;

IV) Levantar casos de atividades que podem ser reiniciadas e/ou revitalizadas. Ex. IPGH, assistências técnicas à CPLP e países africanos, CEPAL etc.;

Diretriz 3 – Aumentar a visibilidade e divulgação internacional

I) Traduzir nossa produção priorizada para inglês e espanhol;

II) Sedar eventos internacionais;

III) Promover Webinários, treinamentos oficinas em temas que somos fortes;

IV) Promover concursos e hackathons;

V) Propor e promover eventos paralelos em conferências internacionais;

VI) Produzir uma revista temática sobre cooperação internacional;

VII) Ter uma seção específica no site do IBGE e na intranet;

VIII) Criar um repositório único e acessível para relatórios e demais documentos obtidos ou produzidos nas atividades internacionais;

IX) Criar plataformas e fóruns específicos sobre temas objeto de cooperação internacional;

Diretriz 4 – Apoiar institucionalmente a atuação dos técnicos em temas internacionais

- I) Garantir a dotação de recursos orçamentários para a efetiva participação internacional do IBGE.
- II) Buscar parcerias para obtenção de recursos financeiros e técnicos (ABC-MRE, universidades, Outros Ministérios, Observatório Nacional, UNFPA, etc.)
- III) Criação De Centros Tradução;
- IV) Fortalecer a capacitação em idiomas (inglês e espanhol); V) Contratar analistas de relações internacionais;

Diretriz 5 – Promover maior participação de técnicos em eventos internacionais.

- I) Estimular a participação de mais técnicos em eventos internacionais de forma presencial e virtual;
- II) Evitar a participação de um único servidor representando o IBGE em eventos internacionais;
- III) Incluir servidores das SES e agências nas atividades internacionais;
- IV) Produzir orientações específicas para as agências fronteiriças onde as relações com agentes estrangeiros são intensas;

Diretriz 6 – Criar um comitê para auxiliar a gestão técnica da ação internacional do IBGE

Criar um comitê de assessoramento do Conselho diretor para definir prioridades, indicar as participações em eventos internacionais, avaliar os resultados, decidir sobre a conveniência e oportunidade de início/continuidade de uma cooperação internacional.

Grupo 10

Rearticulação do IBGE enquanto produtor de dados e informações estatísticas e geográficas da mais alta qualidade internacional com embaixadas e organismos multilaterais e parceiros do Brasil no exterior

Proposta 1: Criação de estratégias organizacionais no IBGE

I) Centro de tradução de documentos, acompanhamento e divulgação de tratados internacionais, de inovações técnica e metodológica - geográfica e estatística

II) Linha editorial para o “internacional”

III) Praticar estratégias presentes no Plano estratégico para com organismos internacionais e ODS

IV) Disseminação das respostas dadas aos órgãos internacionais.

V) Reservar recurso

Criar documentos modelos de acordo técnico e de plano de trabalho internacional

Proposta 2: Qualificação dos servidores

I) Capacitação dos servidores em línguas estrangeiras (inglês e espanhol).

II) Ampliar a participação em eventos internacionais a todos os servidores, inclusive os das agências.

III) Criação de equipes locais com foco em contatos estratégicos internacionais, integrados objetivos definidos por instâncias IBGE(GRI), com atenção especial às SES de fronteira internacional.

Proposta 3: Definição de apoio a processos e materiais antes e depois de relações internacionais e viagens internacionais

I) Construção de regras e “ethos” sobre a forma de relação com os países

II) Regras para o material posterior a viagem que o servidor compartilhará com a casa; passar documentos recebidos para o centro de tradução etc. (regras burocráticas)

III) Definição da forma de divulgação do conhecimento adquirido (seminários, texto para discussão)

Proposta 4: Integração internacional

I) Estudar cooperações técnicas internacionais das instituições amigas

II) Trazer observadores externos (observaCenso)

III) Reforço institucional na ONU, CEPAL e OECD, embaixadas, consulados e Estatais no exterior

IV) Expandir projetos internacionais de cooperação sul-sul, norte-sul – geográfica e tematicamente

V) Criar projetos técnicos de intercâmbio com instituições coirmãs (bianual)

VI) Revisão da Legislação para o Hub Informacional e o próprio Hub

Proposta 5: Meio Ambiente e Geociências como estratégias de inserção internacional

- I) Reforçar a perspectiva ambiental na revisão do Sistema Estatístico Nacional (SEN), tal qual fizeram alguns países, como o México.
- II) Rearticular a posição do IBGE nacionalmente na produção de dados ambientais para nos reafirmarmos no âmbito internacional).
- III) Participação efetiva nos fóruns internacionais de alto nível dedicados ao debate sobre estatísticas ambientais e de mudanças climáticas.

Proposta 6: Participação internacional

- I) Abrir escritórios internacionais, solidários aos interesses do IBGE
- II) Colaborar e melhorar a sistematização dos dados no que já existe e em novas configurações geopolíticas: Brics, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Indicadores ODS/agências de custódia dos indicadores (ONU e organismos internacionais)

Proposta 7: Inteligência Artificial e Big Data na inserção internacional

- I) Usar inteligência artificial (IA), big data e Machine Learning para abrir portas para uma cooperação internacional. Com IA e big data, o IBGE estaria mais bem equipado para realizar parcerias internacionais
- II) Investimento do IBGE no campo da Data Science, explorando as novas tecnologias a favor de uma participação mais qualificada da casa

Proposta 8: Materiais para distribuição internacional

- I) “Kit Diplomacia”, distribuído em visitas internacionais, com QR Code, em que se divulgue o uso dos portais Sidra, PGI, BME, Plataforma ODS Brasil.
- II) Distribuição de material nas Embaixadas em Brasília e Consulados nos estados.
- III) Produzir um material síntese no final do ano (revista): onde estivemos, o que levamos e o que trouxemos.

Proposta 9: Reforço do Papel político do IBGE

- I) Reforço para enfrentar desafios globais e para tomada de decisões conjuntas, voltados à soberania e inovação de dados e ao suporte a países irmãos
- II) Melhorar os canais e parcerias estrangeiras, reforçando o nosso papel na formulação de políticas globais de estatística e geociências
- III) Fomentar a compreensão técnica e política da participação IBGE (Brasil) em eventos e tratados internacionais
- IV) Realizar mapeamento das demandas por dados do Brasil no Itamaraty

Propor colaboração e parcerias a Empresas Estatais e Empresas Brasileiras com projeção fora do país

Propostas internacionais

10: Ação propositiva da rede de Agências em Embaixadas e parceiros

- I) Servidores da agência promoverão contatos técnicos e estratégicos através de reunião com atores internacionais locais
- II) A organização da agenda, a lista de parceiros e o material utilizado ficam a cargo da sede
- III) Criação de estratégias para que o contato seja permanente

Grupo 11

Preparação, organização e realização do congresso interno nas 'ibegeanas' e 'ibegeanos'

- 1- Buscar modelos de instituições que possuem expertise e habitualmente realizam Congressos internos, especialmente a FIOCRUZ;
- 2- Realização de Congressos periódicos;
- 3- Planejamento com antecedência mínima de 5 ou 6 meses;
- 4- Participação no Congresso através de delegados, que devem ser escolhidos da maneira mais democrática possível;
- 5- Garantir participação de trabalhadoras e trabalhadores no IBGE de todo o país, de todos os vínculos de trabalho (efetivos, terceirizados da atividade fim, temporários, consultores) e também de aposentados, evitando ao máximo a indicação pelas chefias;
- 6- As resoluções do Congresso definirão o Plano de Trabalho do IBGE, Plano Estratégico, assim como grandes projetos da instituição, que deverão ser perseguidos pela Direção do IBGE – Esta diretriz precisará ser melhor debatida no Encontro, para especificar de maneira mais lúcida quais serão os pontos a serem discutidos;
- 7- Criação de Comitê Temático e Comitê de Organização, cuja constituição contemple a participação voluntária e horizontal de ibgeanas e ibgeanos de todo o Brasil;
- 8- Os Comitês Temático e de Organização deverão decidir sobre o funcionamento e realização do Congresso da maneira mais transparente possível, devendo definir data, local, formato, número e modo de seleção de participantes, temas e dinâmica do evento.

Grupo 12

Apresentação, discussão e aprovação do plano de trabalho do IBGE 90 anos

Dimensão Política

Assegurar o diálogo permanente com o Governo Federal e com o Congresso Nacional e o apoio político aos projetos do Plano Estratégico Institucional e às ações do Plano de Trabalho IBGE 90 anos 2024-2026, para garantia de orçamento adequado e superação de entraves legais ao cumprimento dos Planos.

Entregas do Plano de Trabalho

Definir com clareza as principais entregas do Plano de Trabalho IBGE 90 anos e assegurar seu acompanhamento, monitoramento e avaliação por meio de indicadores claros.

Força de trabalho

Concluir o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), considerando dados das entregas das equipes e contexto do trabalho, estimando a quantidade ideal de pessoas. Assegurar o uso do Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip). A partir do DFT, assegurar a adequada e permanente reposição de pessoal e que o trabalho temporário somente seja adotado em projetos temporários.

Prioridades e avaliação

As equipes de trabalho devem avaliar os projetos prioritários para que sejam alocados recursos. Deve haver um equilíbrio entre o planejamento de longo prazo e a gestão da rotina. Devem ser estudadas outras formas de avaliação de desempenho menos verticalizadas e implementado um modelo mais adequado à dinâmica do IBGE.

Equipes multidisciplinares

Formar equipes com pessoas de unidades diversas que tenham as competências e habilidades complementares e necessárias em torno de projetos com os quais possam contribuir. Capacitar servidores para atuação colaborativa em Polos Regionais, sobretudo para atividades administrativas. Procurar agregar servidores de unidades diferentes no planejamento de projetos.

Agências e Rede de Coleta

Garantir antecipação e previsibilidade das demandas para as Agências. Dar à rede de coleta acesso aos calendários de todas as pesquisas.

Gestão do Conhecimento

Implementar a gestão do conhecimento na Administração Central e nas SESs. Assegurar a formação de analistas de processos nas Unidades, para o trabalho de mapeamento de processos, revisão de manuais e criação e disseminação de procedimentos operacionais padronizados e atualizados, assegurando a revisão sempre que houver alteração nas metodologias e fluxos das pesquisas.

Conteúdo

Devem constar no plano de Trabalho dois projetos que estão ocorrendo e já constam nos objetivos estratégicos: guia para estruturação das estatísticas ambientais com participação no comitê nacional de estatísticas ambientais e projeto de cobertura e uso da terra, com melhoria do fornecimento atual dos dados, aproveitando a capilaridade do órgão e a capacidade de trabalho em campo.

Construção e sistematização do Plano de Trabalho IBGE 90 anos

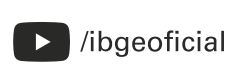
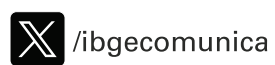
No 1º Encontro Diálogos IBGE 90 anos, será definido o formato e o encaminhamento do Plano de Trabalho e seu nível de detalhamento, bem como o desdobramento das Diretrizes Institucionais em ações para os próximos 3 anos, com responsáveis, prazos e entregas esperadas.

A gravação das sessões ocorridas em plenária no 1º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos pode ser acessada nos links a seguir:

Dia 16/11: <https://youtu.be/2psVmOoQPEQ>

Dia 17/11: <https://youtu.be/2JaRhVxhFZw>

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

